

NOTÍCIAS

291 | Abril 2023 | Jornal mensal

A partir de 01/01/2019 esta publicação destina-se a envio exclusivo por correio eletrónico

Governo compromete-se com quase 200 milhões para os agricultores



A assinatura do Pacto para Estabilização de Preços dos Bens Alimentares, que a CAP subscreveu em nome da Produção Nacional, traduz-se neste conjunto de compromissos do Governo para com a Produção:

- Assegurar, desde já, o reforço em 140 milhões de euros nos apoios à produção agrícola para mitigar o impacto dos custos de produção, incluindo electricidade verde e demais custos de energia, através do reforço de verbas para os sectores da suinicultura, aves, ovos,

bovinos, pequenos ruminantes e culturas vegetais, para o universo dos agricultores apoiados no âmbito do Pedido Único de 2022;

- Assegurar, em complemento, a renovação imediata do apoio extraordinário ao gasóleo agrícola (entre 10 e 12 céntimos);
- Assegurar, em complemento, o apoio para mitigar os aumentos dos custos com fertilizantes e adubos (cerca de 12 milhões de euros);
- Ter presente a execução do PDR 2020 e as necessidades do seu ajustamento que

permitam a sua execução plena;

- Ter presente a execução do PEPAC e a sua reprogramação até setembro “(após análise do primeiro período de candidaturas);”;
- Promover a comunicação vertical entre todos os elementos da cadeia de distribuição (produção, agroindústria e distribuição) de modo a garantir a transparência de todo o processo junto da opinião pública.

(Continua na página 3)

Portugal tem 80% do território em situação de seca

Entre 31 de março e 15 de abril, a seca meteorológica aumentou de 48,2% para 78,2% no território continental.



De acordo com o boletim intercalar do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), na primeira quinzena de abril, Portugal continental aumentou para quase 80% a área do país em seca meteorológica.

As temperaturas acima do normal que se sentiram desde o início do mês associadas a uma precipitação muito abaixo do normal em todo o território, provocou uma diminuição significativa da percentagem de água no solo, tendo as regiões Nordeste, o Vale do Tejo e o Baixo Alentejo registado valores inferiores a 20% de água no solo em relação à capacidade de água utilizável pelas plantas.

A avaliação feita pelo IPMA, até 15 de abril, conclui que 78,2% do continente se encontra em situação de seca meteorológica:

- 28,3% seca fraca,
- 21,2% seca moderada,
- 18,6% seca severa
- 10,1% seca extrema.

No final de fevereiro, a seca meteorológica afetava 28% do território, e 48% no fim de março. Na primeira quinzena de abril já chegou aos 80%, estendendo-se até à região Centro e ao interior Norte. Na região Sul agravou-se a intensidade, predominando as classes de seca severa a extrema.

Índice

- Aprovada reforma do sistema de IG's
- Uso de Oxamil termina em outubro
- Manual de biossegurança pecuária
- Japão recebe vinhos portugueses
- Plano Nacional de Gestão de Resíduos
- FNOP e SETAAB assinam contrato coletivo
- Armindo Monteiro presidente da CIP
- Portugal Sou Eu! Adega do Montado divulga os seus vinhos e promove Serpa

& escrito

“Esta não é a nossa ministra. Nós precisamos de ministros que oiçam os agricultores. Depois de muito ponderar, a Direção da ACOS tomou a decisão de não convidar formalmente a ministra da Agricultura para visitar a Ovibeja.”

Rui Garrido
Presidente da ACOS
www.ovibeja.pt

“Ansiava-se e anseia-se por ainda melhor democracia, mais crescimento, igualdade, justiça social, habitação, mais ambiente, papel da mulher e de setores excluídos ou ignorados na sociedade.”

Marcelo Rebelo de Sousa
Presidente da República
Cerimónia do 25 de Abril,
Assembleia da República, 25/04/2023

“O mundo está doente e muito provavelmente na iminência de uma nova guerra mundial.”

Dmitry Medvedev
ex-Presidente russo e vice-presidente do Conselho de Segurança
Público, 25/04/2023

“Cada geração tem um momento em que tem de defender a democracia. Em que tem de defender as liberdades fundamentais. Acredito que este é o nosso. É por isso que me vou candidatar a ser reeleito Presidente dos Estados Unidos da América. Juntem-se a nós. Vamos terminar o que começámos.”

Joe Biden
Presidente EUA
Twitter, 25/04/2023

ELEIÇÕES CAP 2023-2026

CAP 
AGRICULTORES DE PORTUGAL

No dia 17 de maio, entre as 10h30 e as 17 horas, decorre a assembleia eleitoral da CAP para o triénio 2023-2026.

A eleição dos titulares dos órgãos sociais: Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal, e Direção

decorre pela primeira vez com recurso ao voto eletrónico, recorrendo a uma plataforma que garante a autenticidade e o carácter secreto do voto de cada eleitor, bem como a auditabilidade do processo. A plataforma será disponibilizada em infraestrutura tecnológica independente, não utilizando qualquer recurso que seja propriedade ou sob gestão da CAP.

A Assembleia eleitoral é constituída por todos os associados da CAP, no pleno gozo dos seus direitos sociais, cabendo 1 voto às Associações Regionais, às

Especializadas e às Cooperativas; e 2 votos às Federações de Associações Regionais e Especializadas e às Uniãos e Federações de Cooperativas Agrícolas.

A única lista candidata propõe Álvaro Mendonça e Moura para presidente da Direção, Eduardo Oliveira e Sousa para presidente da Assembleia Geral e António Paula Soares para a presidência do Conselho Fiscal.

A lista completa está disponível no site da CAP: www.cap.pt

10ª edição do Prémio Empreendedorismo e Inovação



Estão abertas as candidaturas ao Prémio do Crédito Agrícola que nesta 10ª edição tem como temática a 'Sustentabilidade'. As candidaturas podem ser submetidas até 30 de junho, em www.premioinovacao.pt.

AS CATEGORIAS SÃO:

1. Transição Energética e Neutralidade Carbónica (5000€)

Contributos para a transição energética e neutralidade carbónica da produção agrícola, agroalimentar e florestal, através da melhoria da eficiência energética, gestão eficiente

FITOFÁRMACOS

Tolerância para uso de Oxamil termina em outubro



A Direção Geral de Alimentação e Veterinária publicou o Ofício Circular nº4 para correção do Ofício anterior, na sequência da publicação no Jornal Oficial da União Europeia L 98, de 11 de abril, da Retificação ao Regulamento (UE) 2023/741 da Comissão de 5 de abril de 2023 relativo à não renovação da aprovação da substância ativa Oxamil, usada como nematodocida.

De acordo com a retificação em referência, foram corrigidos os prazos aplicáveis para a retirada das autorizações de produtos fitofarmacêuticos que contenham Oxamil, bem como os prazos de tolerância a conceder ao abrigo do Artigo 46.º do Regulamento (CE) n.º1107/2009. Assim, o texto final passou a ser o seguinte:

«Relativamente aos produtos fitofarmacêuticos que contenham oxamil, quando os Estados-Membros concederem um prazo de tolerância nos termos do disposto no artigo 46.º do Regulamento (CE) n.º1107/2009, esse prazo deve terminar, o mais tardar, em 1 de novembro de 2023.»

«Os Estados-Membros devem retirar as autorizações de produtos fitofarmacêuticos que contenham Oxamil como substância ativa, o mais tardar, até 1 de agosto de 2023.»

«Qualquer prazo de tolerância concedido pelos Estados-Membros em conformidade com o artigo 46.º do Regulamento (CE) n.º1107/2009 deve terminar, o mais tardar, em 1 de novembro de 2023.»

Nesses termos, e estando a DGAV a proceder ao cancelamento dos produtos fitofarmacêuticos contendo **Oxamil**, estes não poderão ser utilizados depois de **1 de novembro de 2023**.

Manual de Biossegurança na Pecuária Extensiva

O Manual tem como principais destinatários os produtores de animais nos regimes extensivos e como objetivo funcionar como auxiliar na prevenção da introdução, propagação e persistência de doenças que possam afetar as explorações e os produtos destinados ao

consumo humano. Com foco na divulgação de informação, o Manual descreve as regras gerais e as medidas mínimas de biossegurança, incluindo aspetos físicos e de gestão, destinadas às explorações em regime extensivo de equídeos, bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves. As medidas apresentadas devem ser adaptadas a cada tipo de estabelecimento, de acordo com as suas características, pelo que a consulta deste Manual não substitui a consulta de outras fontes para a elaboração de um plano de biossegurança. Organizado em 8 capítulos, destacam-se as páginas dedicadas à legislação nacional

2. Resposta a Stresses Bióticos e Abióticos (5000€)

Projetos que visem responder a stresses bióticos e abióticos das culturas agroflorestais, sejam eles provocados pelas alterações climáticas ou não, incluindo o diagnóstico precoce de stresses bióticos e/ou abióticos, mecanismos de prevenção de stresses bióticos e/ou abióticos, o desenvolvimento de biofítos, soluções de proteção integrada, engenharia genética e melhoramento de plantas, biodiversidade e gestão do solo.

3. Valorização de Recursos Endógenos (5000€)

Propostas de dinamização dos territórios de baixa densidade do interior, através da criação de novas cadeias de valor, da gestão eficiente e valorização de resíduos e/ou subprodutos, da conservação da biodiversidade, da preservação da paisagem e prevenção de incêndios, da valorização de culturas ou variedades autóctones.

4. Segurança Alimentar e Nutricional (5000€)

Projetos que contribuam para a produção de alimentos mais seguros e/ou mais nutritivos, substitutos de produtos alergénicos ou de elevada intolerância, produtos prebióticos, probióticos, simbióticos e suplementos e

nutracêuticos, ou outras soluções que visem promover a segurança alimentar e nutricional da população.

O Prémio atribui ainda mais 3 Menções especiais:

Projeto de Elevado Potencial promovido por Associado Crédito Agrícola (5000€) - projeto inovador que se destaque dos demais e cujo(s) promotor(es) seja(m) Associado(s) do Crédito Agrícola.

Menção Honrosa | Jovem Empresários Rurais (2500€) - melhor projeto entre os finalistas da categoria Produtos Inovadores, que se enquadre na categoria de Jovem Empresário Rural (JER).

Distinção BfK Award by ANI (2500€) - Para o finalista considerado o "melhor exemplo de projeto nascido do conhecimento". Esta distinção será atribuída exclusivamente pela ANI - Agência Nacional de Inovação.

O Júri do Prémio é presidido por Licínio Pina, do Crédito Agrícola; Simão Soares, P-BIO; Administrador(a) da ANI; José Vale, IAPMEI; Nuno Canada, INIAV; Aldina Fernandes, CONFAGRI; Luís Mira, CAP; Firmino Cordeiro, AJAP; Maria João Fernandes, PERIN (Horizonte Europa); e Maria Custódia Correia, Rede Rural Nacional, DGADR, mais um grupo de oito convidados, dois por Categoria.

Regulamento disponível em www.premioinovacao.pt.

Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2030

O Diário da República nº60/2023, Série I, de 24 de março, publica as Resoluções do Conselho de Ministros que aprovam o Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2030 e o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos para 2023.

Foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2023, de 24 de Março que aprova o Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2030 (PNGR 2030) no qual se estabelece a estratégia, de âmbito nacional, relativa à prevenção e gestão de resíduos para o período compreendido entre 2023 e 2030.

O PNGR 2030 constitui um instrumento de planeamento macro da política de resíduos, que consagra as orientações estratégicas de âmbito nacional da política de resíduos e as regras orientadoras de atuação, as prioridades a observar, as metas a atingir e as ações a implementar no sentido de garantir a concretização dos princípios da gestão de resíduos, bem como o cumprimento dos objetivos definidos no Regime Geral de Gestão de Resíduos.

Nos termos do referido regime jurídico, o PNGR 2030 enquadra, por sua vez, dois planos sectoriais de cariz também nacional, que operacionalizam as medidas preconizadas:

a) **Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU)** - os elementos de diagnóstico deste plano estiveram em consulta pública no final de 2020 e foi agora publicada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2023, de 24 de Março, que aprova o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030;

b) **Plano Estratégico para os Resíduos Não Urbanos (PERNU)** - o PERNU 2030 será o novo instrumento de referência da política de resíduos não urbanos em Portugal, substituindo os planos específicos sectoriais cuja vigência terminou e contemplando, quer os restantes sectores não abrangidos, quer os fluxos específicos que lhes possam estar associados.

Até agora apenas se conhece uma versão preliminar deste Plano, que também esteve em consulta pública no final de 2020.

consumo humano.

comunitária em vigor, aos princípios da biossegurança, à transmissão direta e indireta de doenças e as medidas de biossegurança adequadas a cada situação, bem como as principais medidas de proteção física e as medidas de gestão. O Manual termina com uma check-list de verificação dos principais aspetos de biossegurança, indicadas para proceder à monitorização das medidas implementadas nas explorações. Validado pela DGAV, o Manual de Biossegurança em Sistemas Pecuários Extensivos publicado pela CAP é uma ferramenta de trabalho e consulta que está

disponível online no site da Confederação (www.cap.pt).

disponível online no site da Confederação (www.cap.pt).



AÇÕES DE PROMOÇÃO NA ÁSIA

Japão recebe vinhos portugueses

O continente asiático volta a assumir protagonismo na promoção internacional dos vinhos portugueses que a CAP firmou para 2023

Japão, Coreia do Sul e Singapura foram os primeiros mercados asiáticos que a CAP visitou este ano.

O tour teve início em Tóquio e a comitiva portuguesa contou com a presença do Embaixador de Portugal no Japão, Dr. Vitor Sereno, na inauguração da feira *Wine&Gourmet*, promovida pela ProWein, na capital nipónica. No evento estiveram presentes 12 empresas nacionais: Barcos Wines|Adega Ponte da Barca; Casa Ermelinda Freitas; Casa Relvas; Casa Santos Lima; Cavos Campelo; Herdade do Rocim; Herdade Paço do Conde; João Portugal Ramos; Manuel Costa e Filhos; Parras Wines; Quinta de São Sebastião; e Santos & Seixo Wine.

O Japão revelou-se um mercado muito interessante para os vinhos portugueses, com 32 milhões de consumidores numa população total de 126 milhões. É o primeiro mercado asiático em valor de vinhos importados e o segundo em volume, demonstrando o elevado potencial não só na dimensão do mercado, mas também no que diz respeito aos vinhos de valor acrescentado. Dados da *Wine&Gourmet* indicam que, só a região da Grande Tóquio, tem mais de 37 milhões de consumidores e a liderança a nível mundial com um PIB superior a 1,61 trilhões de dólares.

Presente em Tóquio, o secretário-geral da CAP considerou que este é um mercado muito exigente *“em que os importadores e as autoridades têm uma cultura organizacional e profissional muito particular, superior à que estamos habituados em Portugal e noutros mercados de exportação”*. Mas para Luís Mira, esta dificuldade inicial pode revelar-se um fator positivo no médio prazo *“pela estabilidade que esta cultura proporciona nos negócios”*.

Este primeiro tour pelo continente asiático incluiu também a realização de Provas, Master Classes e Jantar vinico em Seul e em Singapura. Índia, Vietname e Taiwan farão parte do segundo périplo dos vinhos portugueses pela Ásia em 2023, que decorrerá no último trimestre do ano.



PACTO PARA ESTABILIZAÇÃO DE PREÇOS

Governo negocia com Agricultores

(continuação)



Como noticiámos no fim de março, a queda drástica do poder de compra dos portugueses, levou o Governo a anunciar a adoção de medidas de apoio aos consumidores. Antes de propor à Assembleia da República a aplicação de taxa de 0% do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) sobre um cabaz de alimentos considerados indispensáveis à alimentação dos portugueses, o Executivo precisou de negociar um acordo com a Produção e a Distribuição. Foi neste contexto que a Confederação dos Agricultores de Portugal negociou o «Pacto

para a Estabilização e Redução de Preços dos Bens Alimentares» com o Governo, tendo conseguido garantias de apoio do Primeiro-ministro que se traduzem em quase 200 milhões de euros.

Em contrapartida, o Pacto exige que a Produção faça refletir o apoio recebido nos custos de produção dos produtos constantes no cabaz, de forma direta e indireta, atendendo ao ciclo natural produtivo, e a associar o apoio a uma estabilização ou, sempre que possível, a uma redução dos preços à saída da exploração.

Este Pacto teve também a adesão

de outras organizações agrícolas, como a AJP, CNJ e CONFAGRI que assinaram uma «Carta de Compromisso para a Estabilização dos Preços dos Bens Alimentares».

O Pacto deu ainda origem à constituição de uma Comissão de Acompanhamento composta por representantes da AdC – Autoridade da Concorrência; APED – Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição; ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica; AT – Autoridade Tributária e Aduaneira; CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal; DGAE – Direção Geral das Atividades Económicas; DGC – Direção Geral do Consumidor; GPP – Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral do Ministério da Agricultura.

OS PRODUTOS DO CABAZ '0% IVA'

Em vigor entre 18 de abril e 31 de outubro, a Lei nº 17/2023 (Diário da República, nº74, 1ª série, 14/04/2023) procede à aplicação transitória de isenção de IVA a certos produtos alimentares, a saber:

CEREAIS E TUBÉRCULOS:
Pão; Batata em estado natural, fresca

ou refrigerada; Massas alimentícias e pastas similares, excluindo massa recheada; Arroz (em película, branqueado, polido, glaciado, estufado, convertido em trincas).

PRODUTOS HORTÍCOLAS frescos ou refrigerados, secos, desidratados ou congelados, ainda que previamente cozidos:

Cebola; Tomate; Couve-flor; Alface; Brócolos; Cenoura; Courgette; Alho-francês; Abóbora; Grelos; Couve-portuguesa; Espinafre; Nabo; Ervilhas.

FRUTAS NO ESTADO NATURAL:

Maçã; Banana; Laranja; Pera; Melão.

LEGUMINOSAS EM ESTADO SECO:

Feijão vermelho; Feijão-frade; Grão-de-bico.

LACTICÍNIOS:

Leite de vaca em natureza, esterilizado, pasteurizado, ultrapasteurizado, fermentado ou em pó; Iogurtes ou leites fermentados; Queijos.

CARNE E MIUDESAS COMESTÍVEIS, FRESCAS

OU CONGELADAS:

Porco; Frango; Peru; Vaca.

PEIXE FRESCO (vivo ou morto), refrigerado, congelado, seco, salgado ou em salmoura, com exclusão do peixe fumado ou em conserva:

Bacalhau; Sardinha; Pescada; Carapau; Dourada; Cavala.

ATUM EM CONSERVA.

OVOS DE GALINHA, FRESCOS, SECOS OU CONSERVADOS.

GORDURA E ÓLEOS:

Azeite; Óleos vegetais diretamente comestíveis e suas misturas (óleos alimentares); Manteiga.

BEBIDAS E IOGURTES DE BASE VEGETAL, sem leite e laticínios, produzidos à base de frutos secos, cereais ou preparados à base de cereais, frutas, legumes ou produtos hortícolas.

PRODUTOS DIETÉTICOS DESTINADOS À NUTRIÇÃO ENTÉRICA E PRODUTOS SEM GLÚTEN PARA DOENTES CELÍACOS.

CONFERÊNCIA ÁGUA E AGRICULTURA

É preciso um compromisso nacional sem preconceitos



A CAP realizou no dia 31 de março, na Fundação Calouste Gulbenkian, a Conferência Água e Agricultura, novo contributo da Confederação para o debate sobre a importância da disponibilidade deste recurso na afirmação de uma agricultura sustentável, moderna e produtiva.

A Conferência foi organizada em duas partes. Na primeira, o engenheiro e consultor Pedro Serra fez a primeira apresentação pública do estudo encomendado pela CAP «Água e Agricultura – Uma solução de futuro» que identifica a política da água como determinante para o futuro de Portugal, seriamente atingido pelas alterações climáticas, como se conclui da situação de seca meteorológica que atinge a maior parte do território continental nesta primavera. A intervenção descreveu a evolução das políticas de aproveitamento hídrico nas últimas décadas e apontou as mudanças de paradigma que nos trouxeram até aos dias de hoje onde uma agricultura de suporte tecnológico e digital, capaz de maior eficiência

e produtividade sustentável, caminha a par das grandes questões mundiais das alterações climáticas e alternativas energéticas.

Na segunda parte da Conferência coube ao presidente da CAP, Eduardo Oliveira e Sousa, assumir o papel de moderador na Mesa Redonda organizada com um painel de convidados da área, reconhecidos tanto pelo trabalho desenvolvido na academia como na administração: Carmona Rodrigues (Universidade Nova de Lisboa), Pimenta Machado (Agência Portuguesa do Ambiente), Miguel Miranda (Instituto Português do Mar e da Atmosfera), Francisco Gomes da Silva (Instituto Superior de Agronomia) e Rui Veríssimo Batista (Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado).

Interpelados pelo presidente da CAP com diversas questões, os participantes deixaram claras, através da exposição dos seus argumentos, que ainda existem diferenças de base a separar os agricultores dos decisores políticos com a tutela da gestão água, ou seja, a Agência Portuguesa do Ambiente. De facto, onde os primeiros vêem a “utilização de um recurso natural”, a APA vê “gastos abusivos de um bem natural”; onde os agricultores vêem a “transformação da água em alimentos”, a APA vê o “desaparecimento da água”. Neste contexto, não constituiu surpresa a recomendação de prudência do vice-presidente da APA sobre a necessidade de mais barragens para armazenamento de água nem a identificar a actividade agrícola como responsável por mais de 70% de ‘gastos’ de água. Porém, a audiência também não deixou de registar a sua afirmação de que “a APA não tem tabus”, numa perspectiva de diálogo a que o sector não está habituado, mas de que tomou boa nota.

«Água e Agricultura – Uma solução de futuro» está publicada na edição nº285 da Revista do Agricultor

Armindo Monteiro é o novo presidente da CIP



A Confederação Empresarial de Portugal elegeu Armindo Monteiro e a proposta “A Força da Economia é a Força de Portugal” para liderar os destinos da CIP nos próximos quatro anos.

A nova equipa considera que, apesar do acordo de concertação

social assinado em setembro, as políticas públicas atuais ficam aquém das necessidades do país e provocam um atrito contraproducente, expondo as empresas e os trabalhadores a um risco económico desnecessário.

Na primeira comunicação pública

após ser eleito, Armindo Monteiro confirmou que o seu mandato vai exigir a plena participação das empresas no esforço coletivo de transformação económica, desenvolvimento social e reforma do Estado, como instrumento de promoção do bem-estar e da coesão social. “O nosso país tem de estar focado nos desafios. Não pode perder mais tempo em discussões ideológicas estereótipas afastadas dos problemas reais das pessoas e das empresas. Não há tempo a perder. As empresas farão a sua parte, compete ao poder político eleito fazer a sua. A CIP contribuirá com sugestões, abertura negocial e vigilância democrática.”

Armindo Monteiro sucede a António Saraiva.

FNOP e SETAAB assinam Contrato Coletivo de Trabalho



A Federação Nacional das Organizações de Produtores de Frutas (FNOP) assinou com o SETAAB o primeiro Contrato Coletivo de Trabalho entre as duas entidades em prol da regulação das condições laborais. Domingos dos Santos, presidente da FNOP, e Joaquim Venâncio, secretário-geral do Sindicato Nacional

dos Trabalhadores da Agricultura, Floresta, Pesca, Turismo, Indústria Alimentar, Bebidas e Afins (SETAAB) firmaram o Contrato no dia 11 de abril, na sede da FNOP em Lisboa.

A FNOP é uma associação de carácter sócio-profissional, cujo principal objetivo é a defesa e representação dos interesses das Organizações de Produtores (OP) de frutas e hortícolas. Com mais de meia centena de associados, a FNOP congrega pessoas coletivas reconhecidas, ou pré-reconhecidas, oficialmente como Organizações de Produtores de Frutas e Hortícolas ou Agrupamentos de Produtores de Batata de acordo com a legislação comunitária e nacional aplicável, designadamente o Regulamento (UE) n.º 1308/2013, de 17 de Dezembro de 2013.

A promoção e o desenvolvimento das produções dos seus associados, a coordenação de atividades de comum interesse e a promoção de ações, estudos, formação e informação constituem outros compromissos da FNOP.

Este Contrato Coletivo de Trabalho seguiu para publicação no Boletim de Trabalho e Emprego.



Adega do Montado divulga os seus vinhos e promove Serpa

A Adega do Montado, tem vindo a fazer um sólido percurso de notoriedade dos seus vinhos e por conseguinte de promoção da cidade de Serpa, também conhecida por “Terra Forte”.

Recentemente fizeram parte do programa da Sic Notícias, “Boa Cama Boa Mesa” que viajou até Serpa, para descobrir os seus encantos e, paralelamente, viu os seus vinhos, Monte das bagas de ouro Branco Superior e Monte das Bagas de Ouro Branco Reserva, serem novamente premiados no famoso concurso Mundus Vini, obtendo respectivamente as medalhas de Ouro e de Prata.

E por fim, no passado dia 5, a Adega do Montado passou a fazer parte da Rota dos Vinhos do Alentejo, a cargo da CVRA - Comissão Vitivinícola Regional Alentejana, que pretende aproveitar o interesse de potenciais visitantes e turistas nacionais e estrangeiros pela temática vinícola, a conhecer melhor outros aspectos da realidade cultural e turística regional do Alentejo.



ROTA DOS VINHOS DO ALENTEJO

3 a 11 de junho
Feira Nacional de Agricultura
Feira do Ribatejo

FNA23

Superalimentos que estão a mudar o mundo.



CNEMA
SANTARÉM